



## RELATÓRIO DAS ATIVIDADES DA CONSULTORIA LEGISLATIVA - 2021

A Consultoria Legislativa, com atribuições fixadas no art. 10-A da Resolução nº 001, de 2006, com a redação dada pela Resolução nº 013, de 2009, ao longo do ano de 2021 atendeu aos encaminhamentos dos Deputados para elaboração de anteprojetos de lei, proposições legislativas (PEC, MPV, MSV, PSA, PRS, PLC, PL, PRS, PDL e OF), requerimentos, moções, recursos, pedidos de informação, indicações, pareceres, votos-vista e emendas; aos encaminhamentos da administração para elaboração e adequação de atos administrativos e minutas de regulamentação; emitiu notas técnicas às proposições quanto ao aspecto constitucional, legal, jurídico, regimental e técnica legislativa, bem como financeiro/orçamentário; além disso, organizou estudos especiais, a partir de pesquisas de caráter socioeconômico e técnico; prestou assessoramento técnico e acompanhou os trabalhos das comissões permanentes e audiências públicas; assessorou o Presidente da Comissão de Constituição e Justiça; promoveu a revisão e adequação de proposições; respondeu às consultas sobre assuntos de sua competência e prestou assessoramento técnico aos Relatores dos Ofícios que encaminham os Relatórios de Atividades do Tribunal de Contas do Estado, bem como as prestações de contas do Governo.

No período de fevereiro a dezembro/2021, conforme abaixo especificado, a Consultoria Legislativa prestou seus serviços ao Gabinete da Presidência e aos Gabinetes dos Senhores Deputados Ada Faraco De Luca, Altair Silva, Ana Campagnolo, Bruno Souza, Coronel Mocellin, Dirce Heiderscheidt, Dr. Vicente Caropreso, Fabiano da Luz, Felipe Estevão, Fernando Krelling, Ismael dos Santos, Ivan Naatz, Jair Miotto, Jean Kuhlmann, Jerry Comper, Jessé Lopes, João Amin, José Milton Scheffer, Julio Garcia, Kennedy Nunes, Laércio Schuster, Luciane Carminatti, Luiz Fernando Vampiro, Marcius Machado, Marcos Vieira, Marlene Fengler, Mauricio Eskudlark, Mauro de Nadal, Milton Hobus, Moacir Sopelsa, Neodi Saretta, Nilso Berlanda, Padre Pedro Baldissera, Paulinha, Ricardo Alba, Rodrigo Minotto, Romildo Titon, Sargento Lima, Sergio Motta, Silvio Dreveck, Tiago Bolan Frigo, Valdir Cobalchini e Volnei Weber, bem como a outros setores da Alesc, sobretudo à Diretoria-Geral, Bancada Feminina e à Diretoria Legislativa.

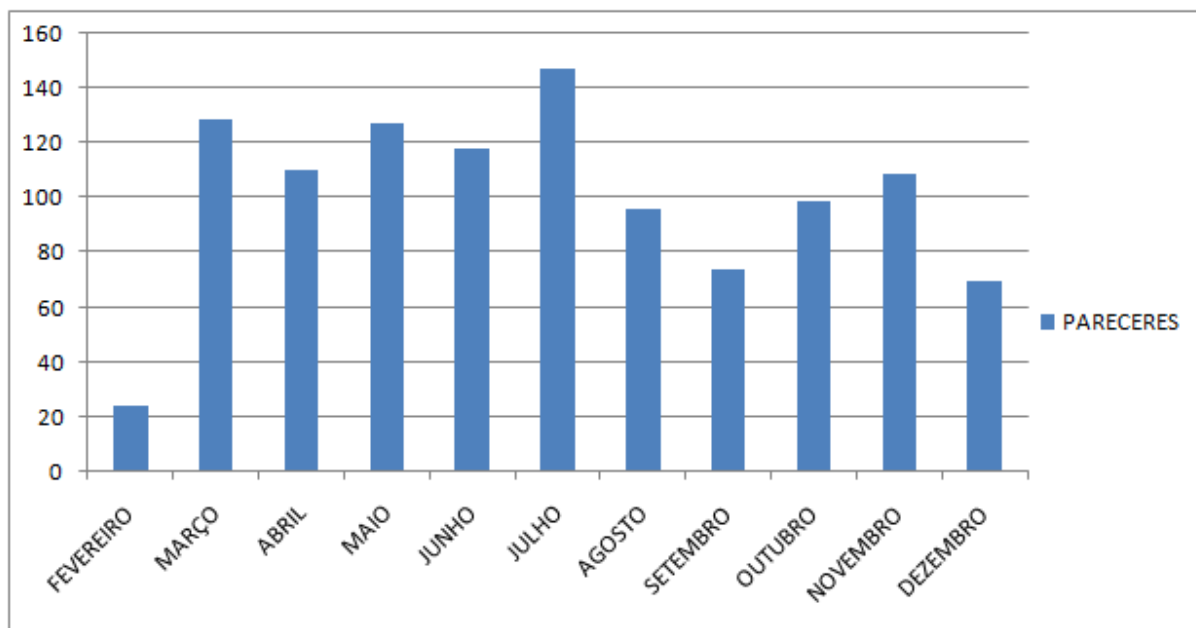


## 1. PARECERES DAS PROPOSIÇÕES NORMATIVAS

A Consultoria Legislativa tem como principal tarefa o atendimento às demandas apresentadas pelas Senhoras Deputadas e pelos Senhores Deputados, pela Mesa e demais setores da Alesc. Dessa forma, a partir do encaminhamento do formulário de Solicitação de Trabalho a Consultoria elaborou 1.522 pareceres no período de fevereiro a dezembro/2021.

Durante esse período os Consultores elaboraram diversos pareceres: relatório e voto pela admissibilidade/aprovação, relatório e voto pela inadmissibilidade/rejeição, relatório e voto técnico, nota técnica, elaboração de emendas, elaboração de diligências, elaboração de projeto de lei, elaboração de projeto de resolução, adequação à técnica legislativa, revisão do Código Ambiental, consulta, elaboração de Ato da Mesa, alteração da Ato de Mesa, voto-vista entre outros.

Todo empenho e comprometimento de toda equipe da Consultoria Legislativa e o vasto repertório de conhecimentos transformado em informação atualizada e útil ao trabalho legislativo é um instrumento que tem permitido à Consultoria cumprir, com comprometimento e qualidade, sua função institucional.





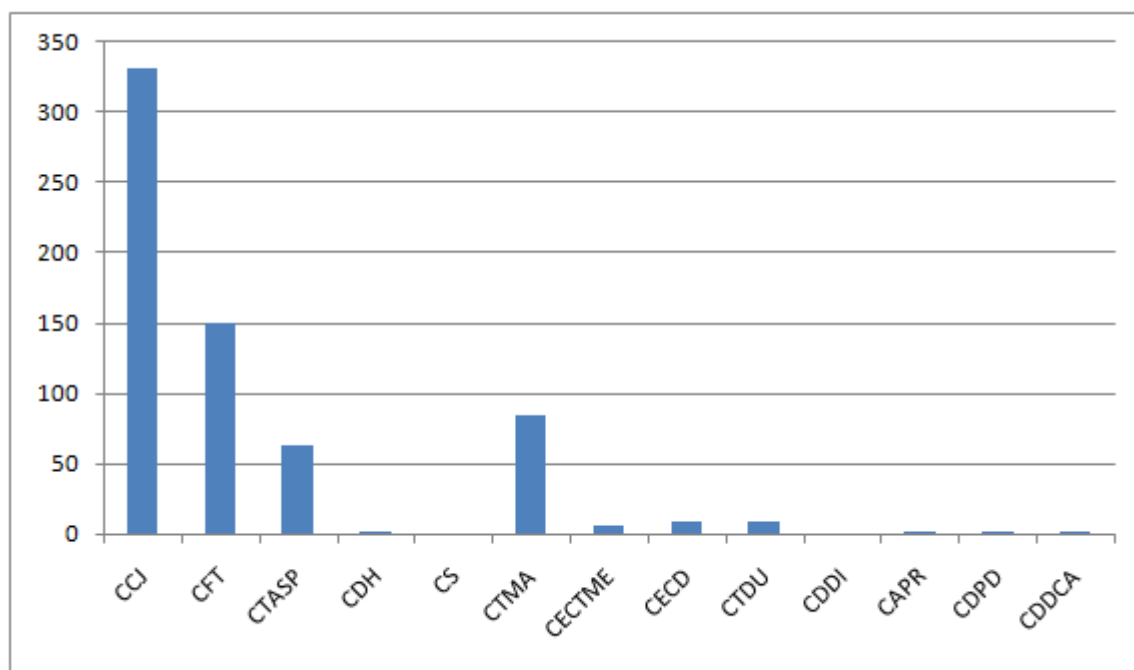
**QUADRO - PROPOSIÇÕES NORMATIVAS**

<b>PROPOSIÇÕES</b>	<b>QUANTITATIVO</b>
✓ ANTEPROJETO DE LEI (APL)	184
✓ ATO DA MESA	18
✓ CONSULTA (CON)	22
✓ EMENDA	258
✓ MEDIDA PROVISÓRIA (MPV)	41
✓ MENSAGEM DE VETO (MSV)	44
✓ OFÍCIO CAPEADO	13
✓ PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (DL)	05
✓ PROJETO DE LEI (PL)	784
✓ PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR (PLC)	88
✓ PROJETO DE RESOLUÇÃO (PRS)	18
✓ PROJETO DE SUSTAÇÃO DE ATO (PSA)	28
✓ PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO ESTADUAL (PEC)	19
<b>TOTAL</b>	<b>1.522</b>



## 1.2 PROPOSIÇÕES APRECIADAS NAS COMISSÕES PERMANENTES

Durante o período de fevereiro a dezembro/2021 a Consultoria Legislativa recebeu diversas solicitações de pareceres para análise das Comissões Permanentes: Comissão de Constituição e Justiça, Comissão de Finanças e Tributação, Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público, Comissão de Direitos Humanos, Comissão de Saúde, Comissão de Turismo e Meio Ambiente, Comissão de Economia, Ciência, Tecnologia, Minas e Energia, Comissão de Educação, Cultura e Desporto, Comissão de Transporte e Desenvolvimento Urbano, Comissão de Defesa dos Direitos do Idoso, Comissão de Agricultura e Política Rural, Comissão de Defesa da Pessoa com Deficiência e Comissão de Defesa dos Direitos Criança e do Adolescente.





## **2. PROPOSIÇÕES NÃO NORMATIVAS**

<b>PROPOSIÇÕES</b>	<b>QUANTITATIVO</b>
✓ INDICAÇÃO (IND)	473
✓ MOÇÃO (MOC)	173
✓ OUTROS	16
✓ PEDIDO DE INFORMAÇÃO (PIC)	54
✓ REQUERIMENTO (RQS)	573
<b>TOTAL</b>	<b>1.289</b>

## **3. DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA**

### **RECONHECIMENTO DE UTILIDADE PÚBLICA E MANUTENÇÃO DO RECONHECIMENTO DA DECLARAÇÃO DE UTILIDADE PÚBLICA**

Os processos de reconhecimento de utilidade pública e de manutenção do reconhecimento da declaração de utilidade pública do Estado são recebidos pela Consultoria Legislativa, provenientes das Entidades. A documentação exigida é analisada com base em Legislação específica e tramita conforme sua determinação.

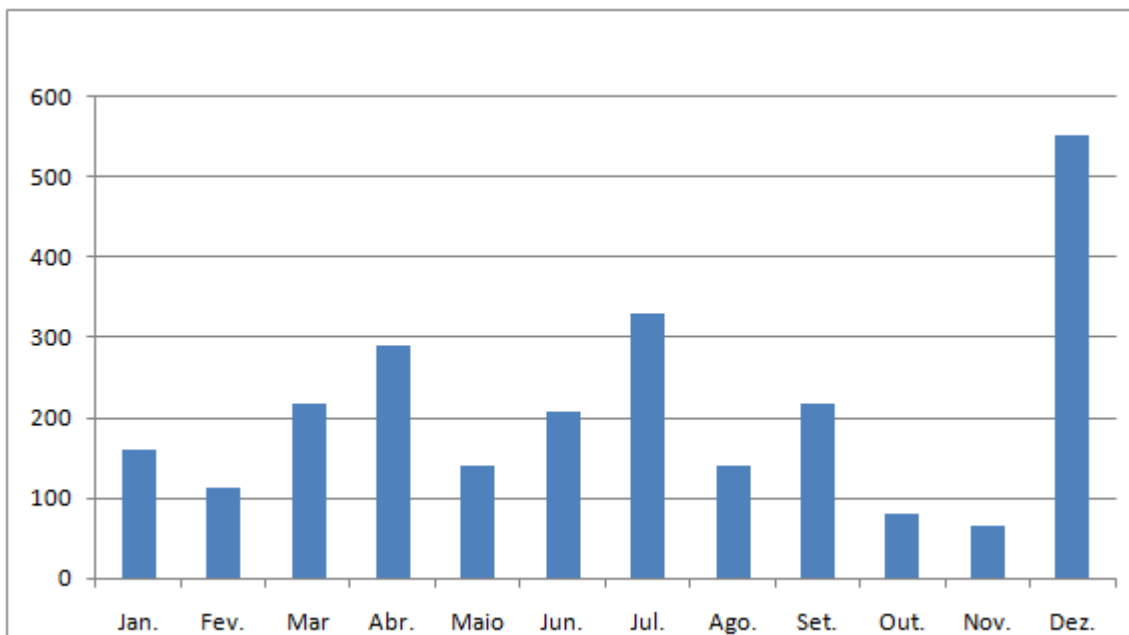
No período de janeiro a dezembro/2021, foram elaborados 65 documentos de reconhecimento de utilidade Pública, e 758 documentos de manutenção do reconhecimento da declaração de utilidade pública.



#### **4. REQUERIMENTO/ANIVERSÁRIO DOS MUNICÍPIOS**

A Consultoria Legislativa elabora Requerimentos dos Aniversários dos Municípios Catarinenses, solicitados mensalmente pelos Deputados Estaduais, via formulário-padrão, de acordo com as normas deste órgão consultivo. Os gabinetes parlamentares encaminham o Requerimento ao Prefeito e ao Presidente da Câmara Municipal, cumprimentando todas as demais autoridades e a comunidade, pela passagem do aniversário de emancipação político-administrativa do Município.

No período de janeiro a dezembro/2021, foram recebidos dos Gabinetes dos Parlamentares 2.521 pedidos de Requerimentos.





**Ressalta-se, ainda, as seguintes atividades desenvolvidas pela Consultoria Legislativa:**

### **PROGRAMA PARLAMENTO JOVEM**

Em parceria com a Escola do Legislativo Deputado Lício Mauro da Silveira, esta Consultoria orientou o processo legislativo procedendo à elaboração de proposições, bem como de pareceres da 28ª edição do Programa Parlamento Jovem, com o objetivo aproximar as atividades parlamentares dos jovens, dando oportunidade para que eles vivenciem as atividades do Parlamento.

O Núcleo de Educação para a Democracia da Escola do Legislativo encaminhou para a Consultoria 15 proposições: 6 Projetos de Lei, 7 Indicações e 2 Moções para análise dos Consultores.

Este ano participaram 35 jovens de diversas Escolas, entre elas: EEB Maria Julia Feres - Mafra; EEB Nossa Senhora do Rosário - Lages; EEB Julius Karsten - Jaraguá do Sul; EEB Irmão Leo - Caçador; EEB Mario Nardelli - Rio do Oeste; EEB Altino Flores - Anitápolis e EEB Rui Barbosa - Formosa do Sul.





## RECEBIMENTO E ENCAMINHAMENTO DE E-MAILS

Durante o período de janeiro a dezembro/2021, a Consultoria Legislativa recebeu 3.800 e-mails e encaminhou cerca de 3.200.

Diversas solicitações foram recebidas por meio da caixa de e-mail da Consultoria Legislativa ([consultoria@alesc.sc.gov.br](mailto:consultoria@alesc.sc.gov.br)), vindas dos Gabinetes Parlamentares dos diversos setores da Alesc e do público externo.

Foram encaminhados diversos assuntos como: solicitação de trabalho de proposições normativas e não normativas, requerimento de aniversário de município, diligência de declara de utilidade pública, diversos assuntos relacionados à Lei de Declara de Utilidade pública e demais assuntos relacionados ao processo legislativo.

## IMPLANTAÇÃO DO SEI

O Sistema Eletrônico de Informações (SEI), desenvolvido pelo Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF4), e cedido gratuitamente à Alesc, foi implantado na Consultoria Legislativa com o intuito de facilitar a gestão de documentos administrativos, bem como a tramitação dos processos de utilidade pública, possibilitando a transparência administrativa, agilidade no processo de trabalho, redução de custos financeiros, operacionais e ambientais.

No período de junho a dezembro/2021, a Consultoria Legislativa gerou 1.735 documentos no SEI.

